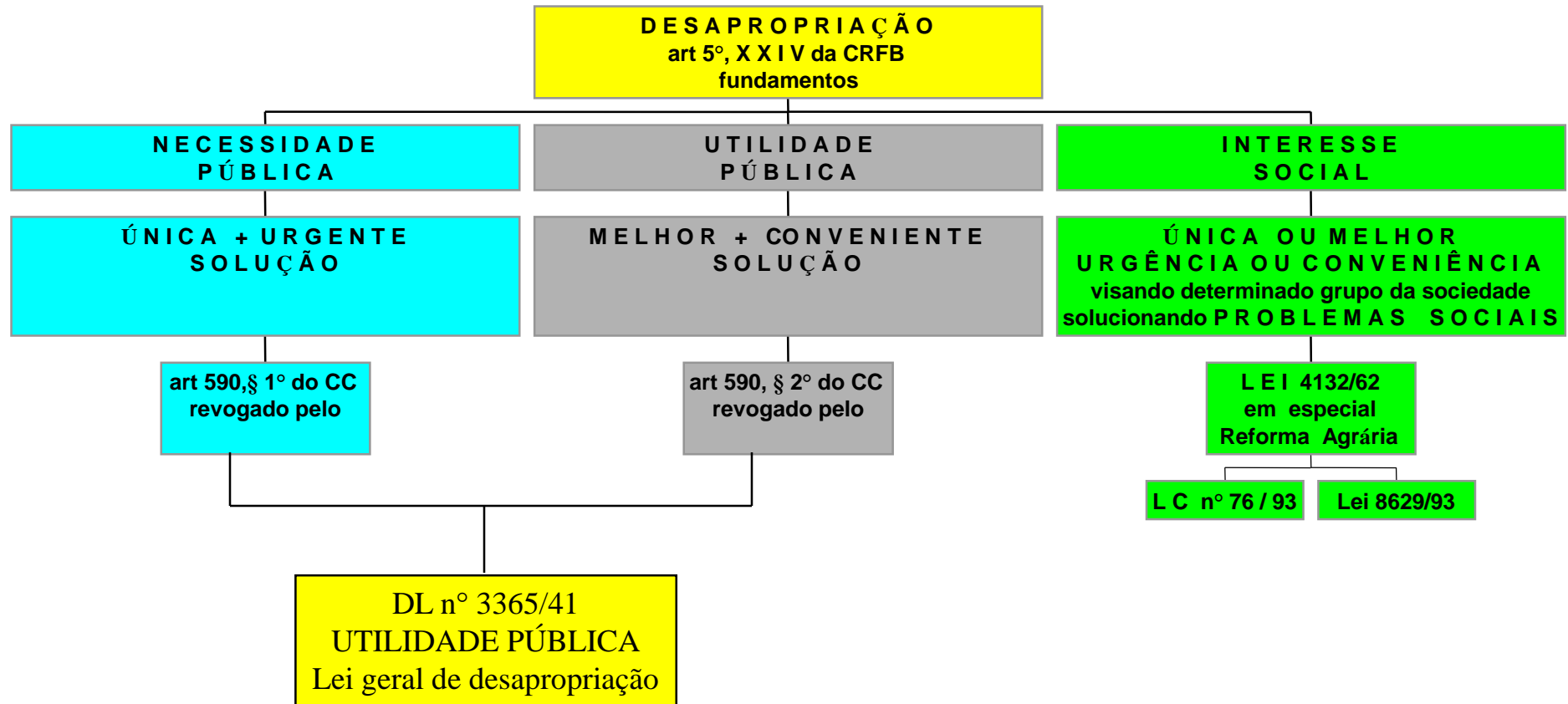
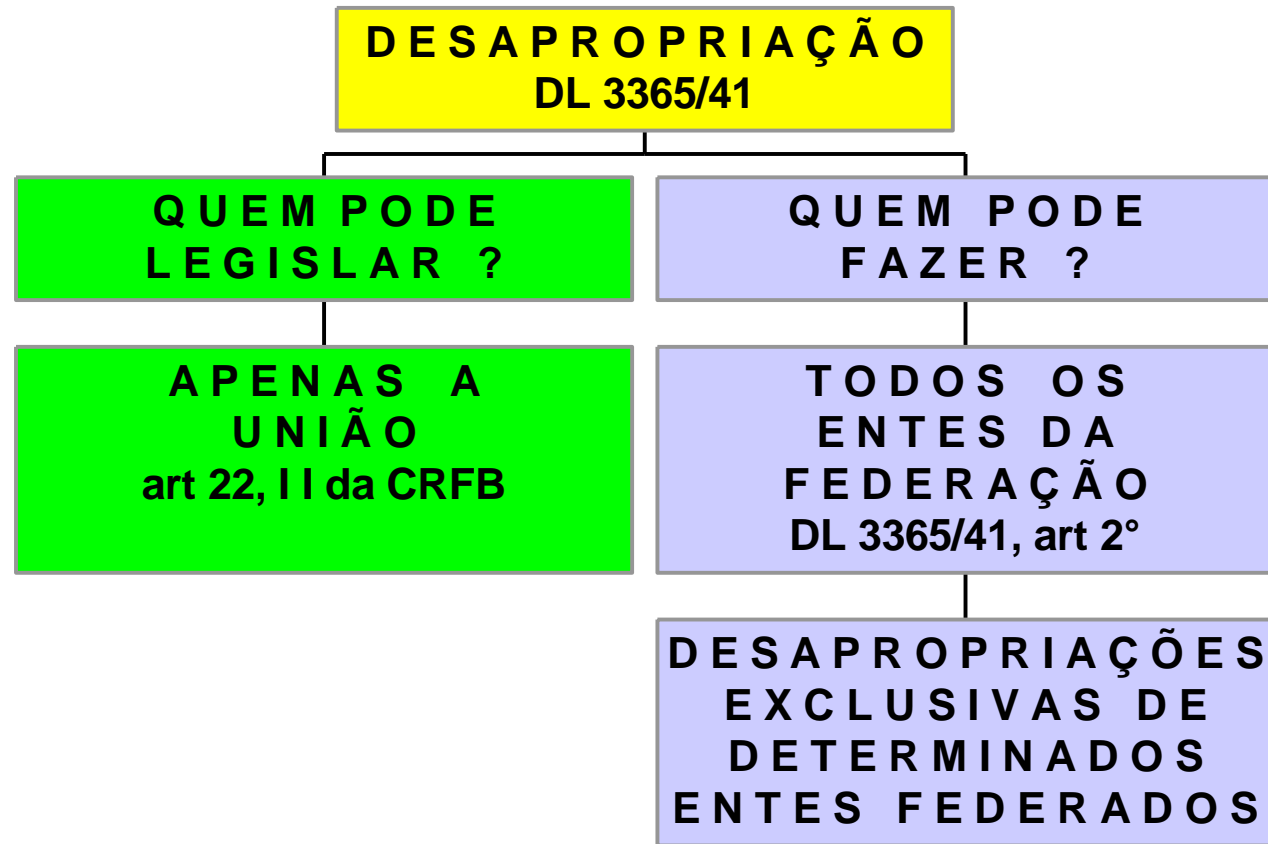


Direito Administrativo

Luiz Jungstedt











**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
E DELEGATÁRIOS DE
SERVIÇO PÚBLICO PODEM
DESAPROPRIAR ?**

**NÃO TÊM COMPETÊNCIA
PARA DECLARAR A
UTILIDADE PÚBLICA**

**PODERÃO APENAS
PROMOVER A
DESAPROPRIAÇÃO**

**EXCEÇÃO
DNIT
art 82, IX da Lei nº 10.233/2001**



DESAPROPRIAÇÃO

**QUE PODE SER
DESAPROPRIADO ?**

**TODOS OS BENS QUE
POSSUAM VALORAÇÃO
ECONÔMICA**
art 2º do DL 3365/41 c/c art 5º, XXIV da CRFB

**EXCEÇÕES : VIDA,
LIBERDADE, DIREITO DE
IR E VIR, DINHEIRO...**

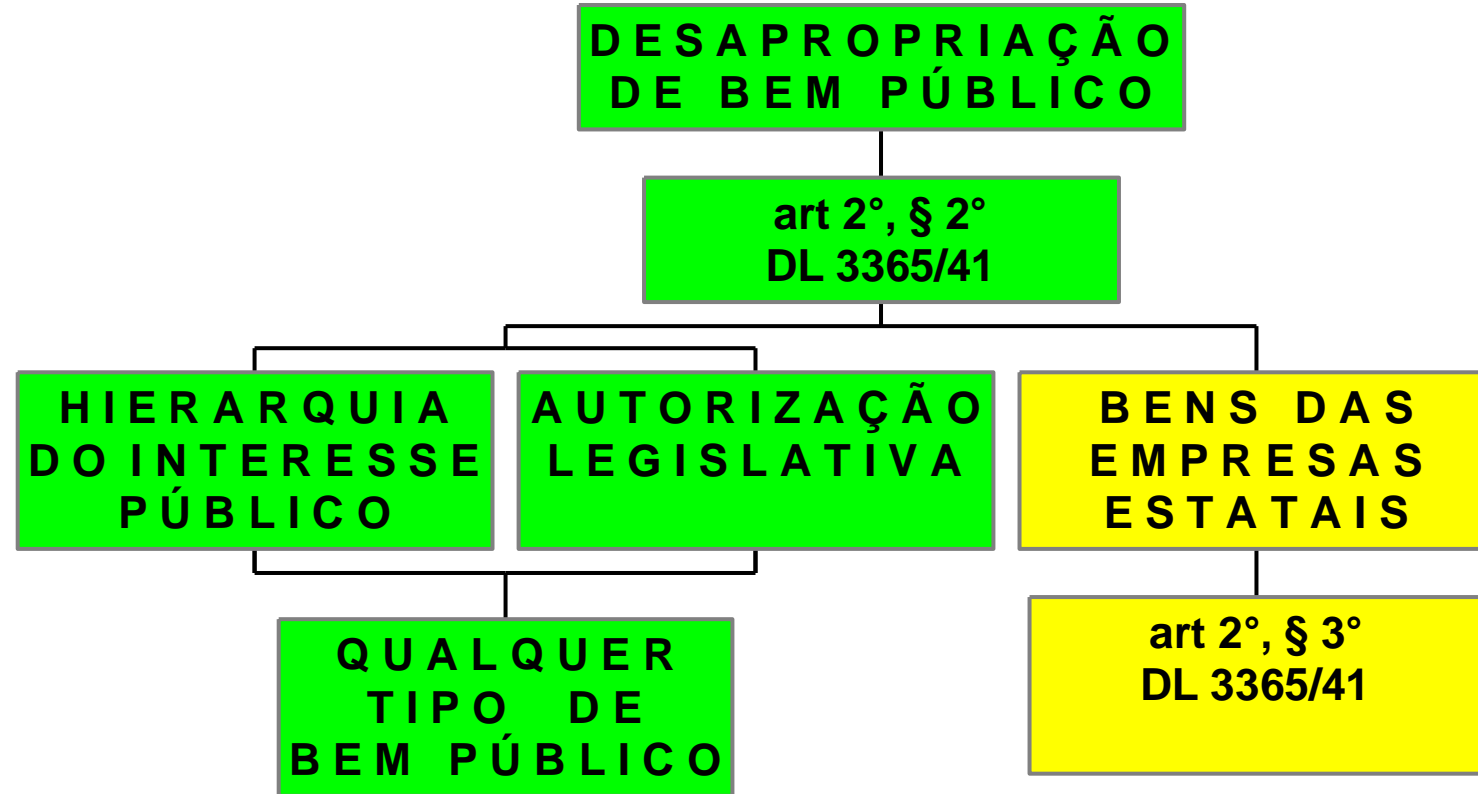


CADÁVER

**EM UM PRIMEIRO
MOMENTO NÃO
já que não possui valoração
econômica**

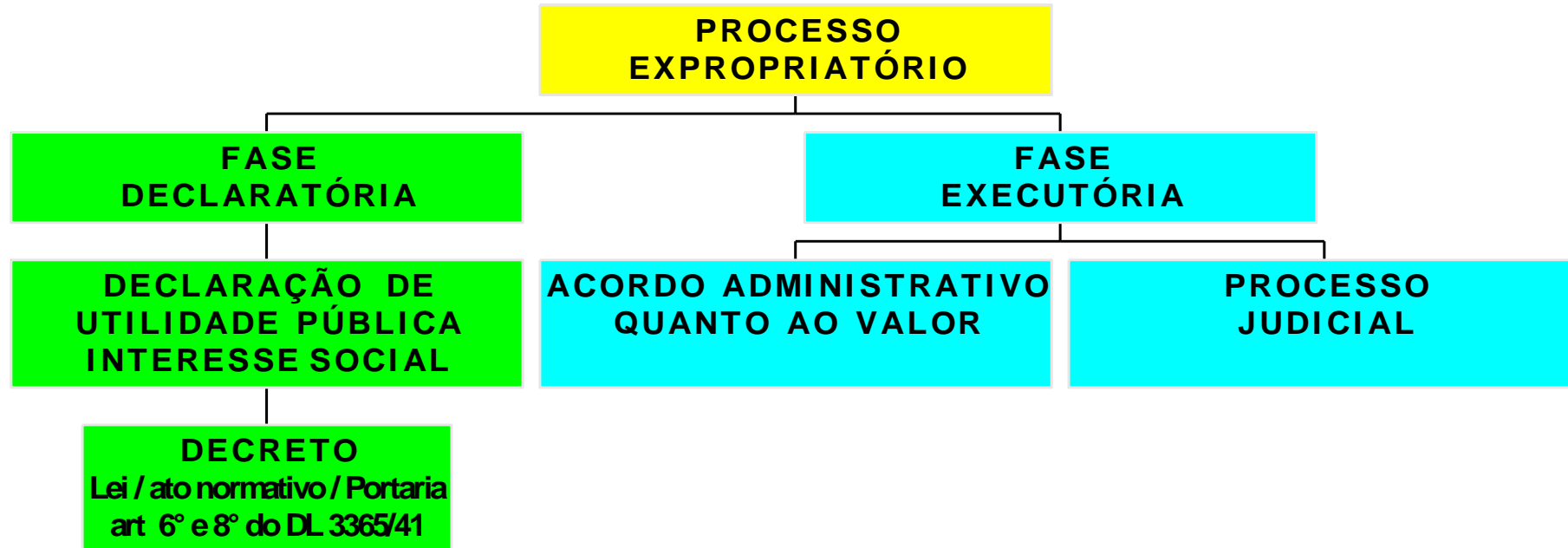
**QUANDO DESTINADO
A UMA INSTITUIÇÃO
CIENTÍFICA
passará a ser expropriável**

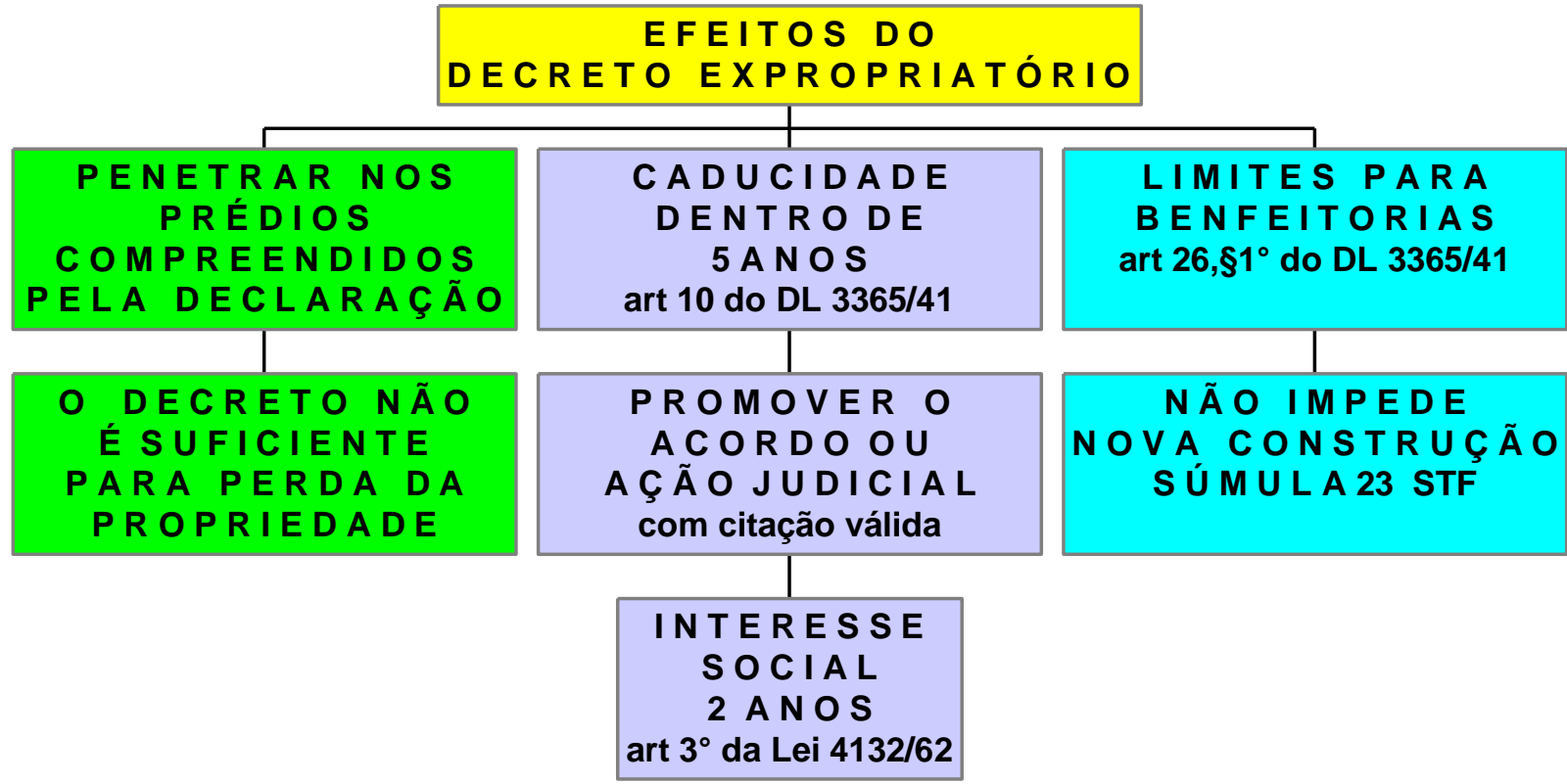
**BEM CIENTÍFICO
COM VALORAÇÃO
ECONÔMICA E
PROPRIETÁRIO**

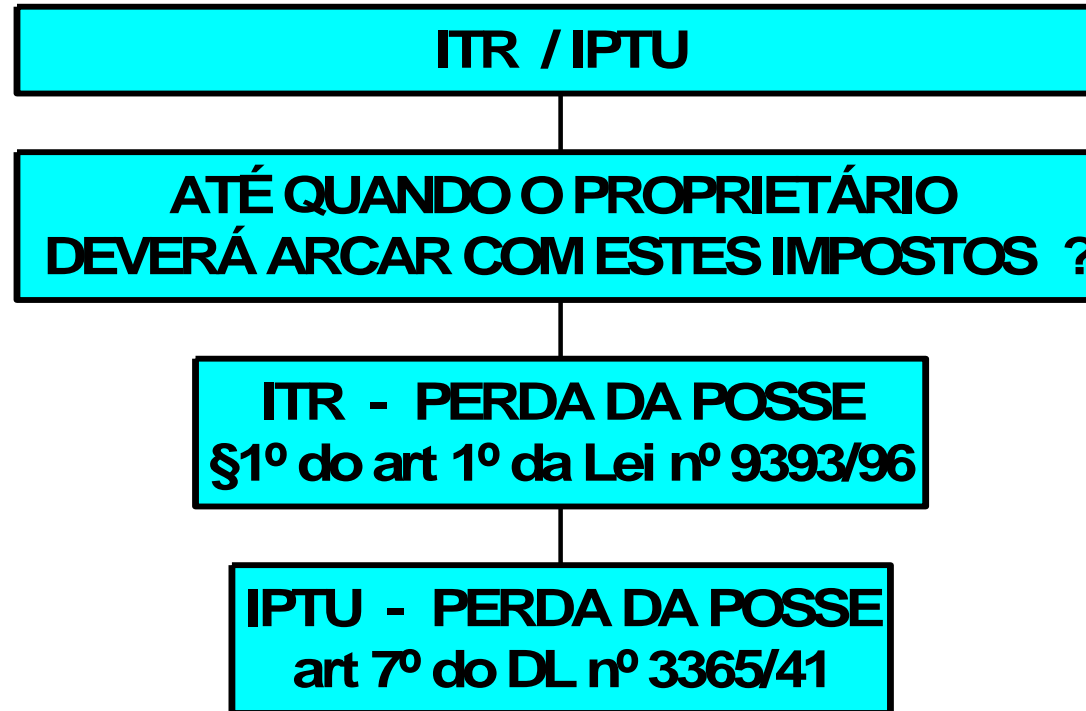




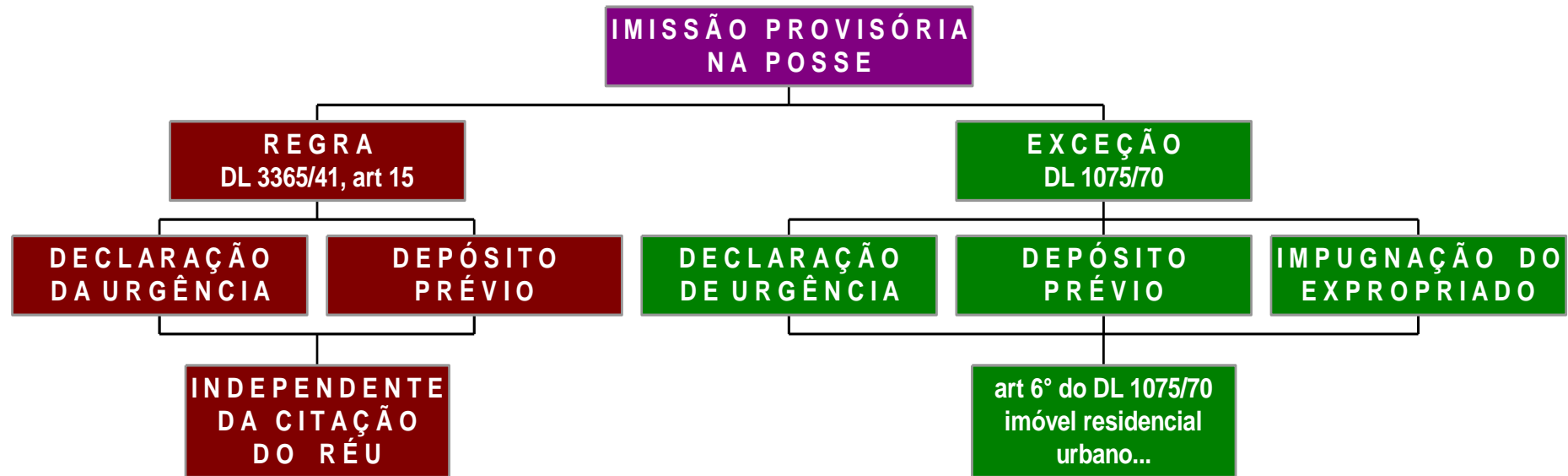






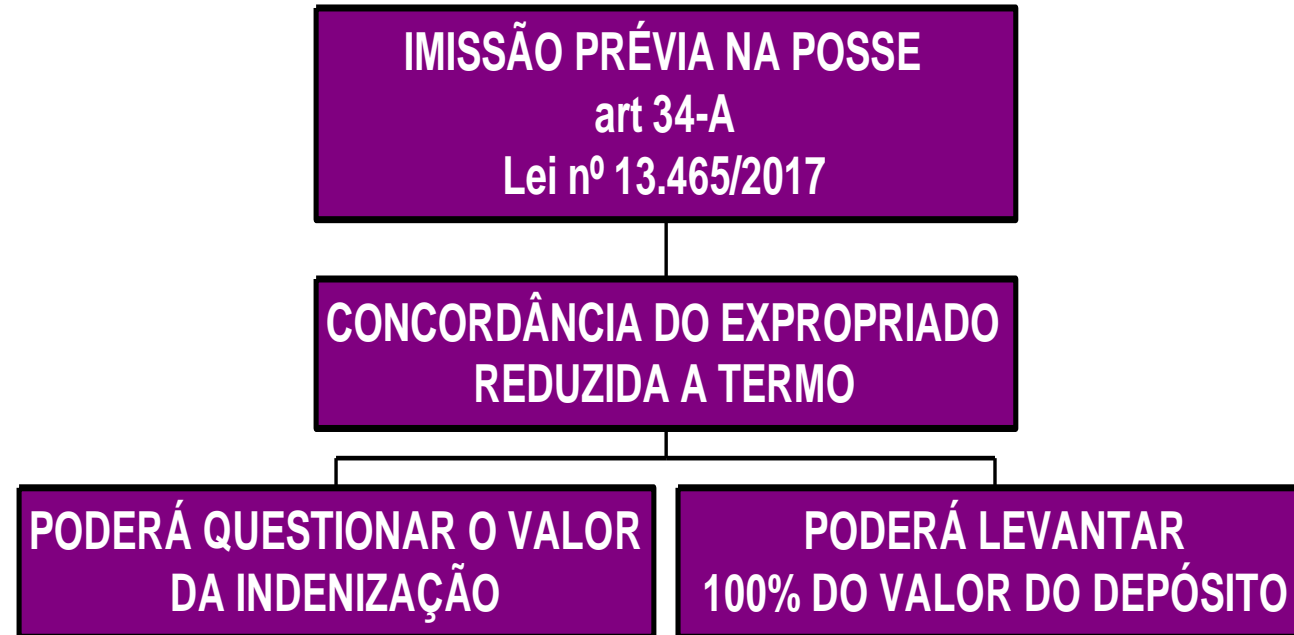


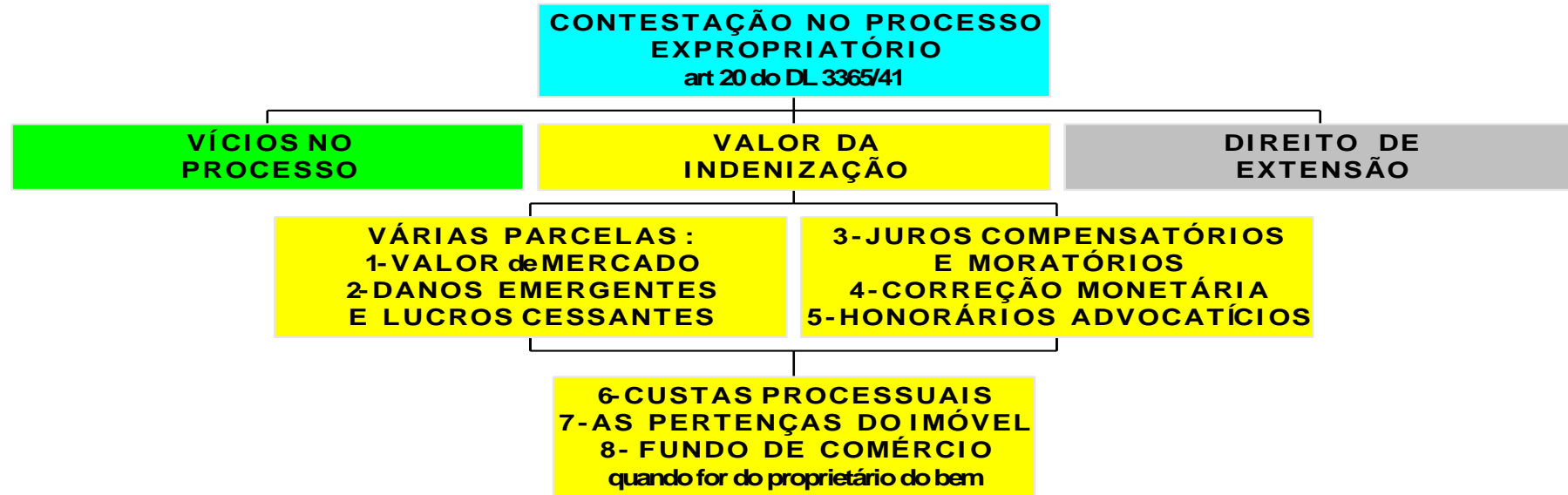




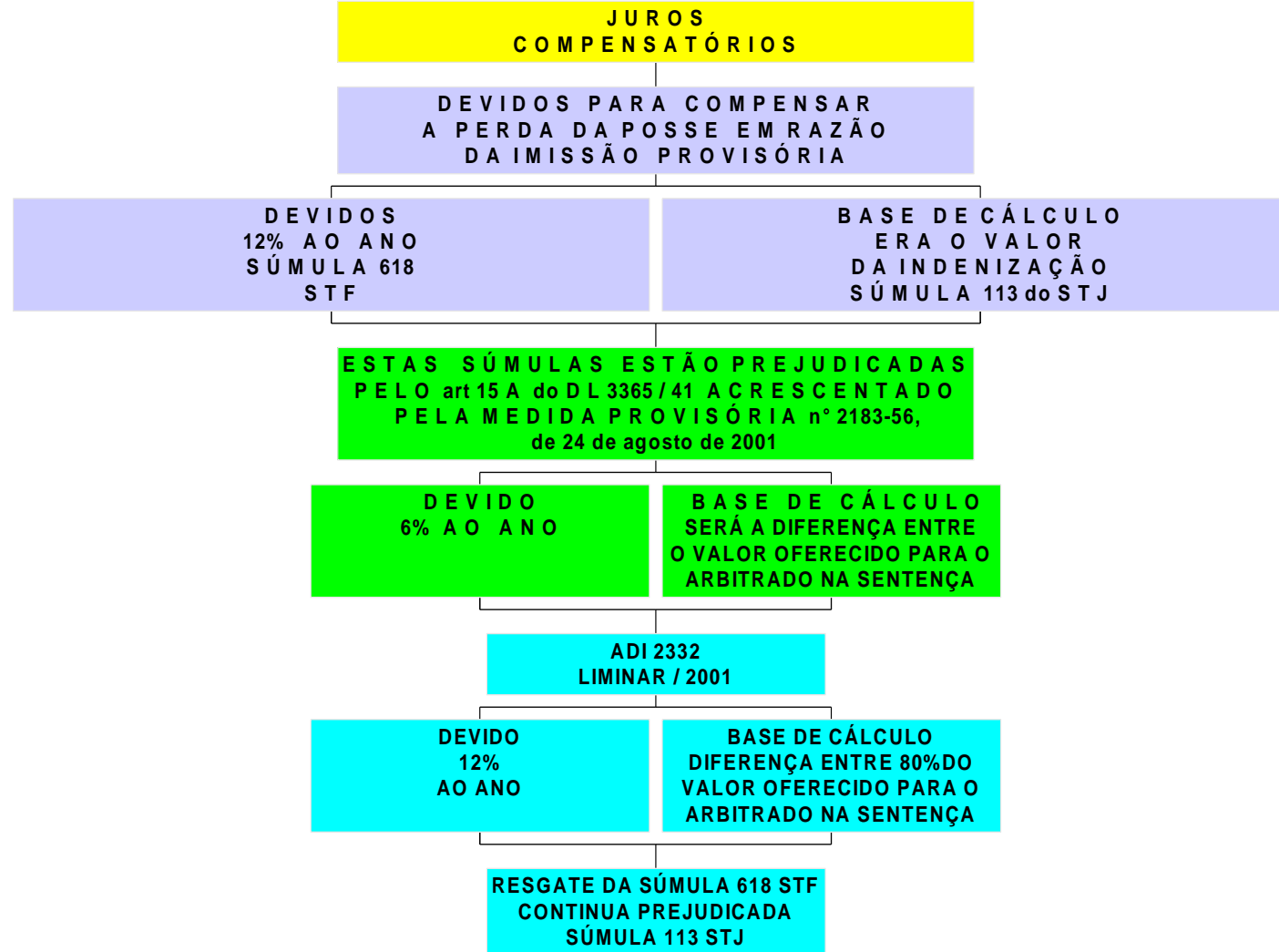


PODER JUDICIÁRIO - Condiciona a comprovação de que o valor depositado é o valor de mercado.



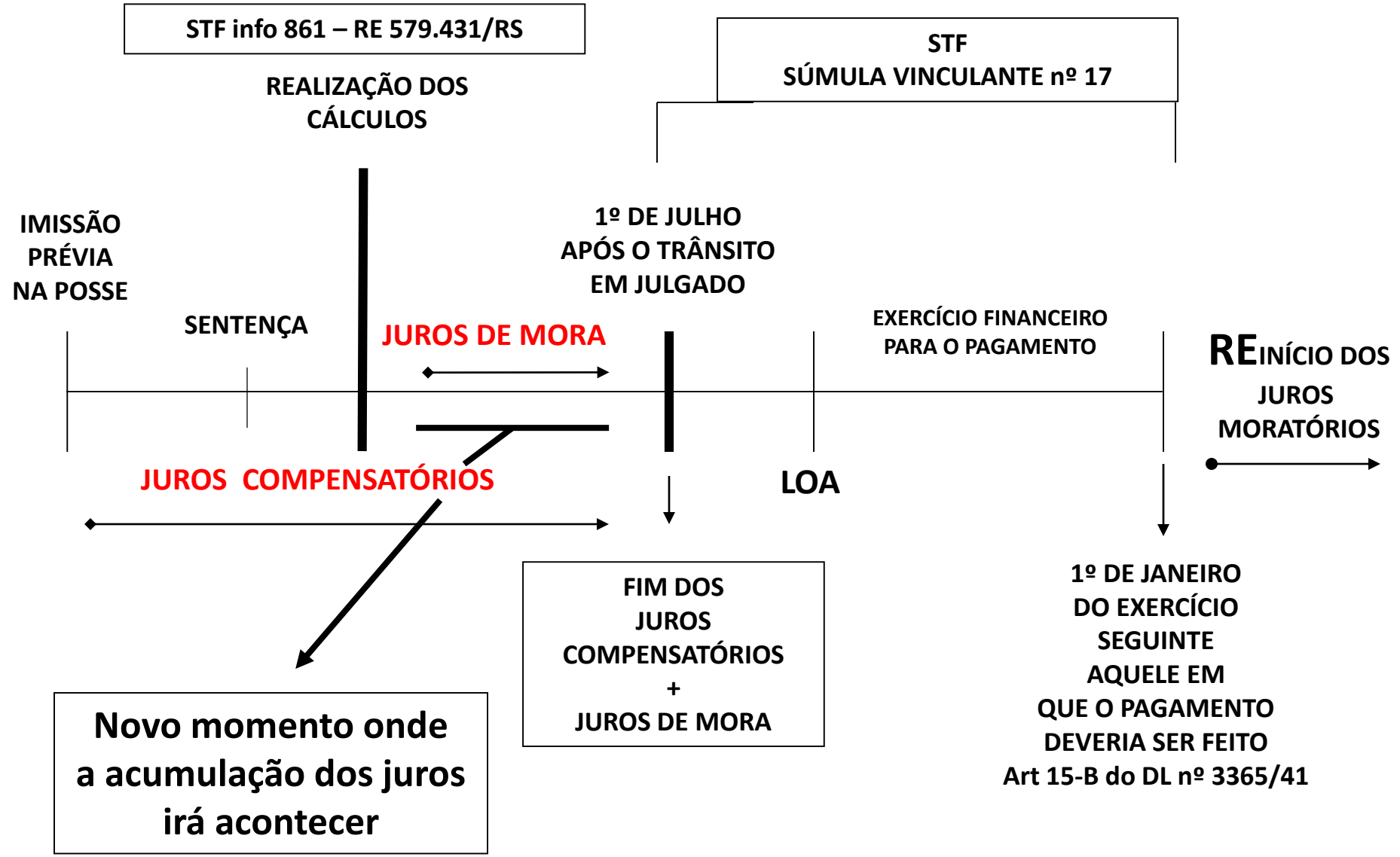












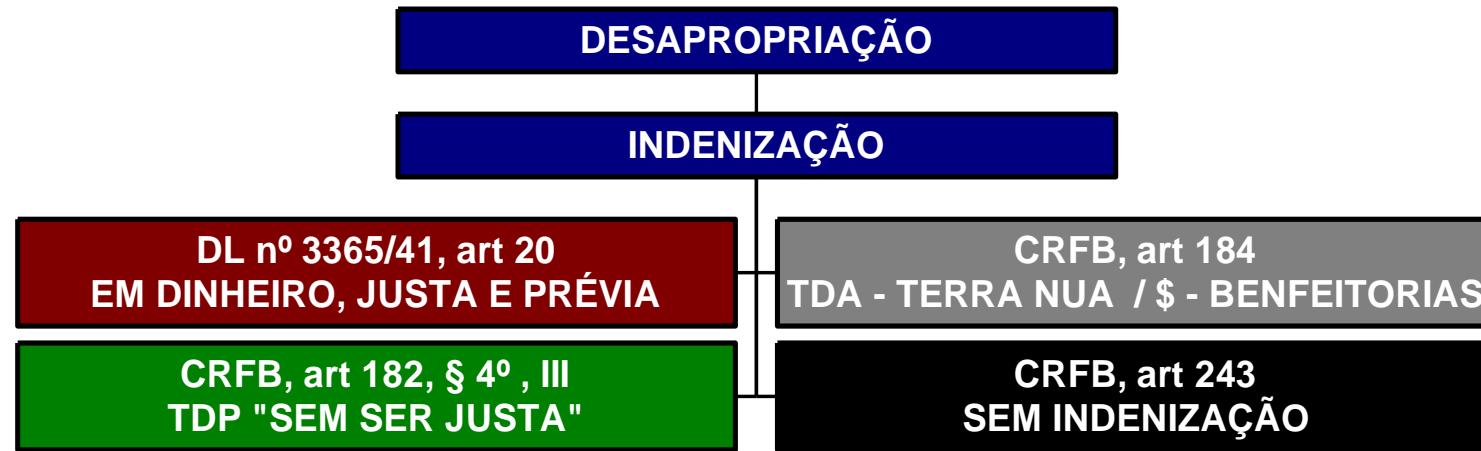


RE 579431 / RS

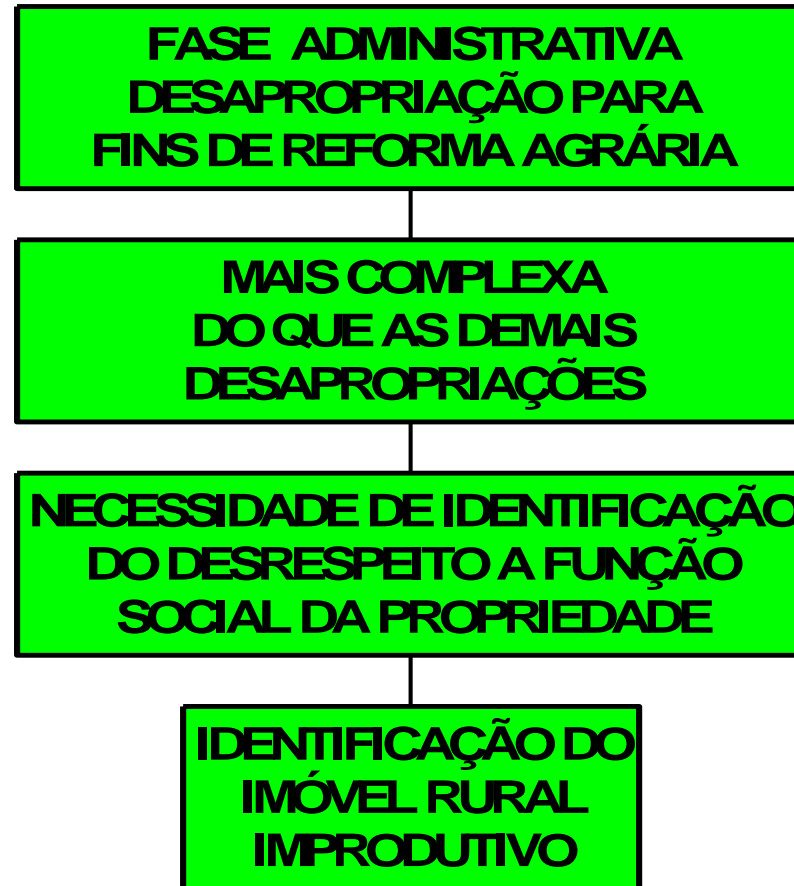
**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS.
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV.**

São devidos juros de mora no período compreendido entre a data de feitura do cálculo e a data da expedição da requisição de pequeno valor – RPV.

No Supremo, a Presidência suscitou questão de ordem, tendo o Plenário concluído (i) pela existência de repercussão geral do tema relativo à incidência dos juros da mora no período compreendido entre as datas de elaboração dos cálculos e de expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório









art 185 da CRFB
SÃO INSUSCETÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO
FINS DE REFORMA AGRÁRIA

PEQUENA E MEDIA
PROPRIEDADE RURAL
art 4º, II e III da Lei nº 8629/93

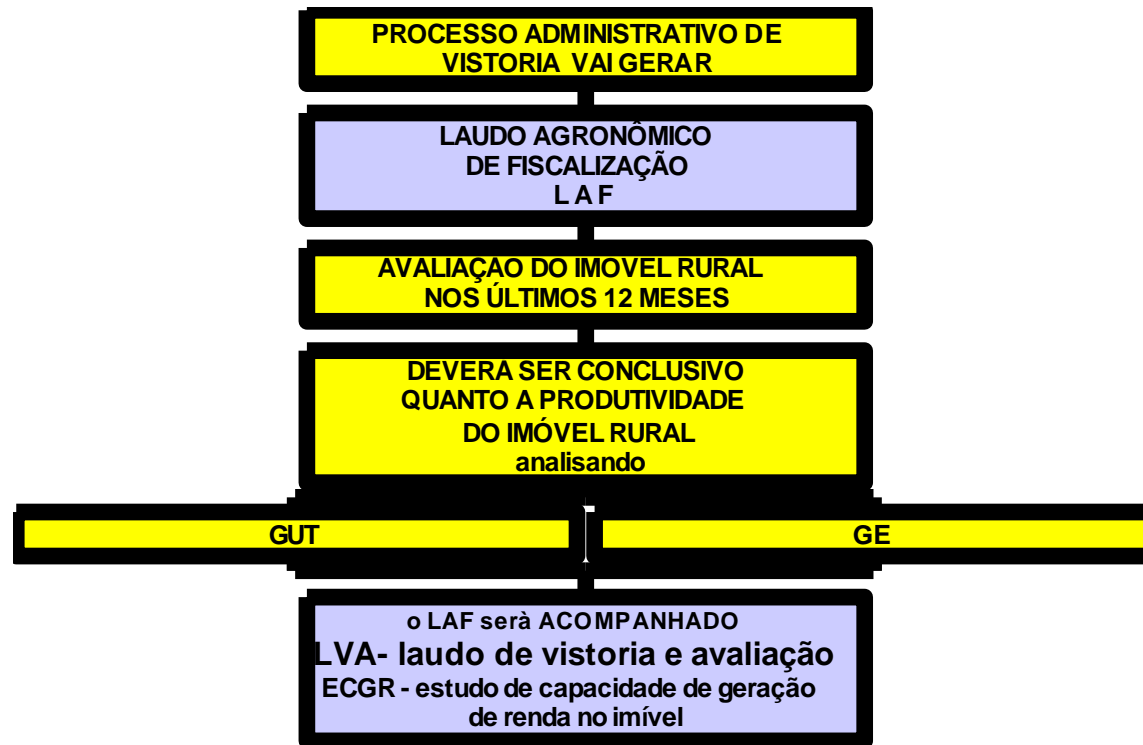
PROPRIEDADE RURAL
PRODUTIVA
art 6º da Lei nº 8629/93

UNIDADE DE MEDIDA
MÓDULO FISCAL

ATENDE A FUNÇÃO
SOCIAL DA PROPRIEDADE
art 186 da CRFB

GUIA (GE)







VISTORIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO

IN INCRA nº 81/2014
DE FISCALIZAÇÃO
LAF

CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA
DO IMÓVEL RURAL
art 8º e seg

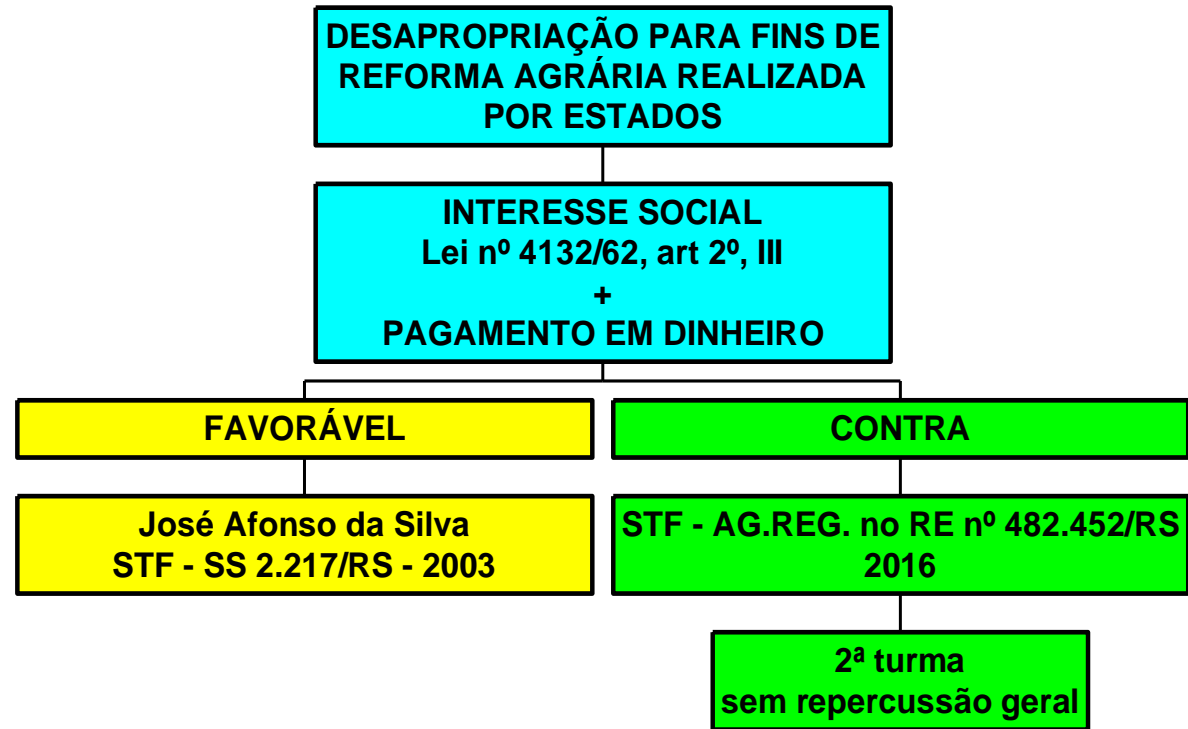
CONCLUÍDO O LAF
NOVA NOTIFICAÇÃO
PARA IMPUGNAÇÃO
art 11

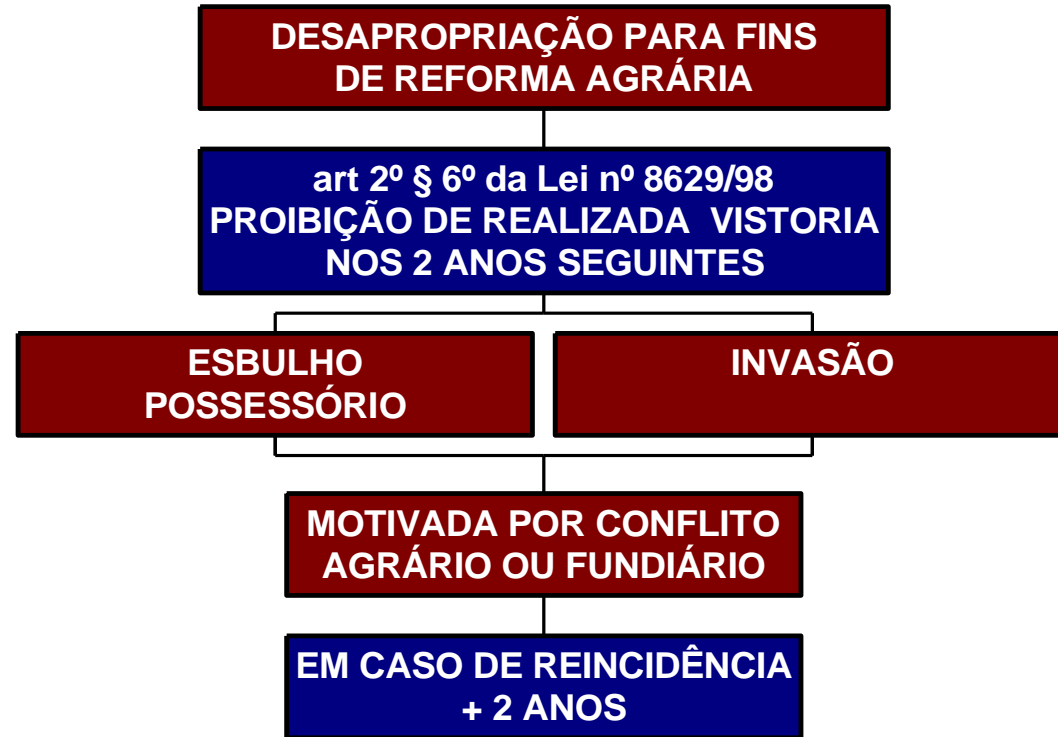
no PRAZO de
15 DIAS
§ 2º, art 11



TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO			UNIÃO
DESAPROPRIAÇÃO INTERESSE SOCIAL	DESAPROPRIAÇÃO INTERESSE SOCIAL IMÓVEL RURAL	DESAPROPRIAÇÃO INTERESSE SOCIAL IMÓVEL RURAL REFORMA AGRÁRIA PAGAMENTO EM DINHEIRO	DESAPROPRIAÇÃO INTERESSE SOCIAL IMÓVEL RURAL REFORMA AGRÁRIA T D A

**STF - SS nº 2217-RS
2003**







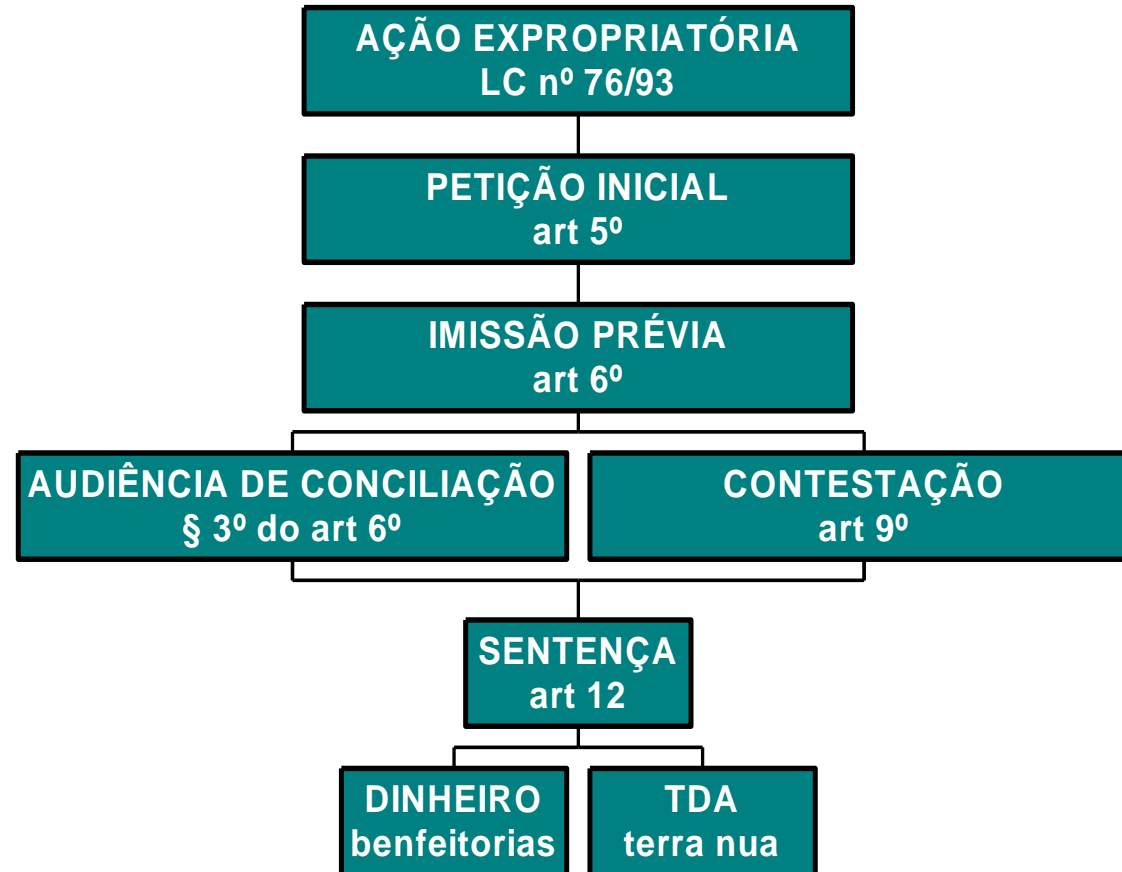
art 2º, §6º da Lei nº 8629/93
MP nº 2183-56/2001

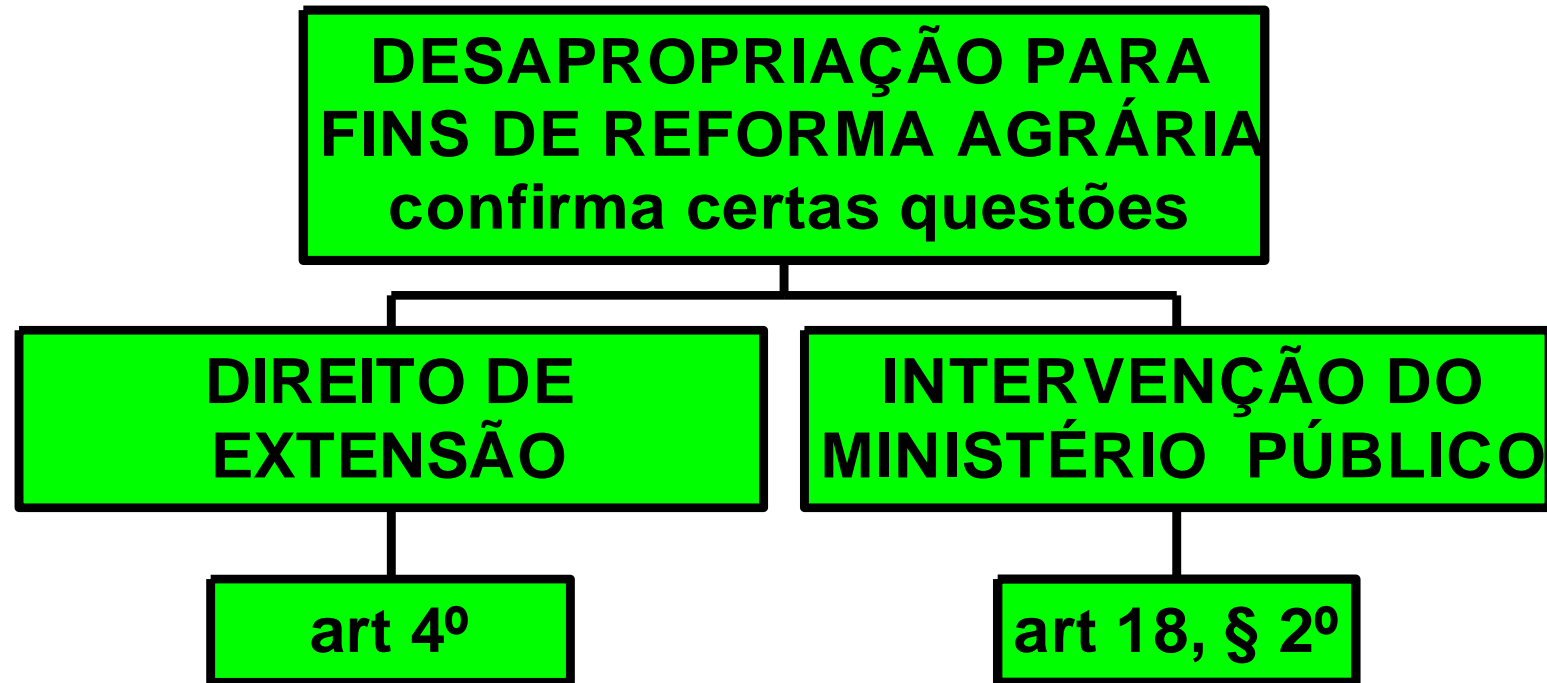
CONSTITUCIONALIDADE QUESTIONADA

NOVA HIPÓTESE DE
IMUNIDADE NÃO PREVISTA
art 185 da CRFB

INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA
STF

APENAS AS OCUPAÇÕES QUE IMPEÇAM
A AFERIÇÃO DA PRODUTIVIDADE
DO IMÓVEL RURAL







**SANÇÕES URBANÍSTICAS
EM FACE DE IMÓVEL URBANO
NÃO EDIFICADO / SUBUTILIZADO / NÃO UTILIZADO
art 182, § 4º da CRFB**

APLICADAS SUCESSIVAMENTE

**PARCELAMENTO E EDIFICAÇÃO
COMPULSÓRIOS
Estatuto da Cidade, arts 5º e 6º**

**IPTU PROGRESSIVO
Estatuto da Cidade, art 7º**

**DESAPROPRIAÇÃO COM
PG EM TÍTULOS PÚBLICO
Estatuto da Cidade, art 8º**





**2ª SANÇÃO CONSTITUCIONAL
URBANÍSTICA
art 182, § 4º da CRFB**

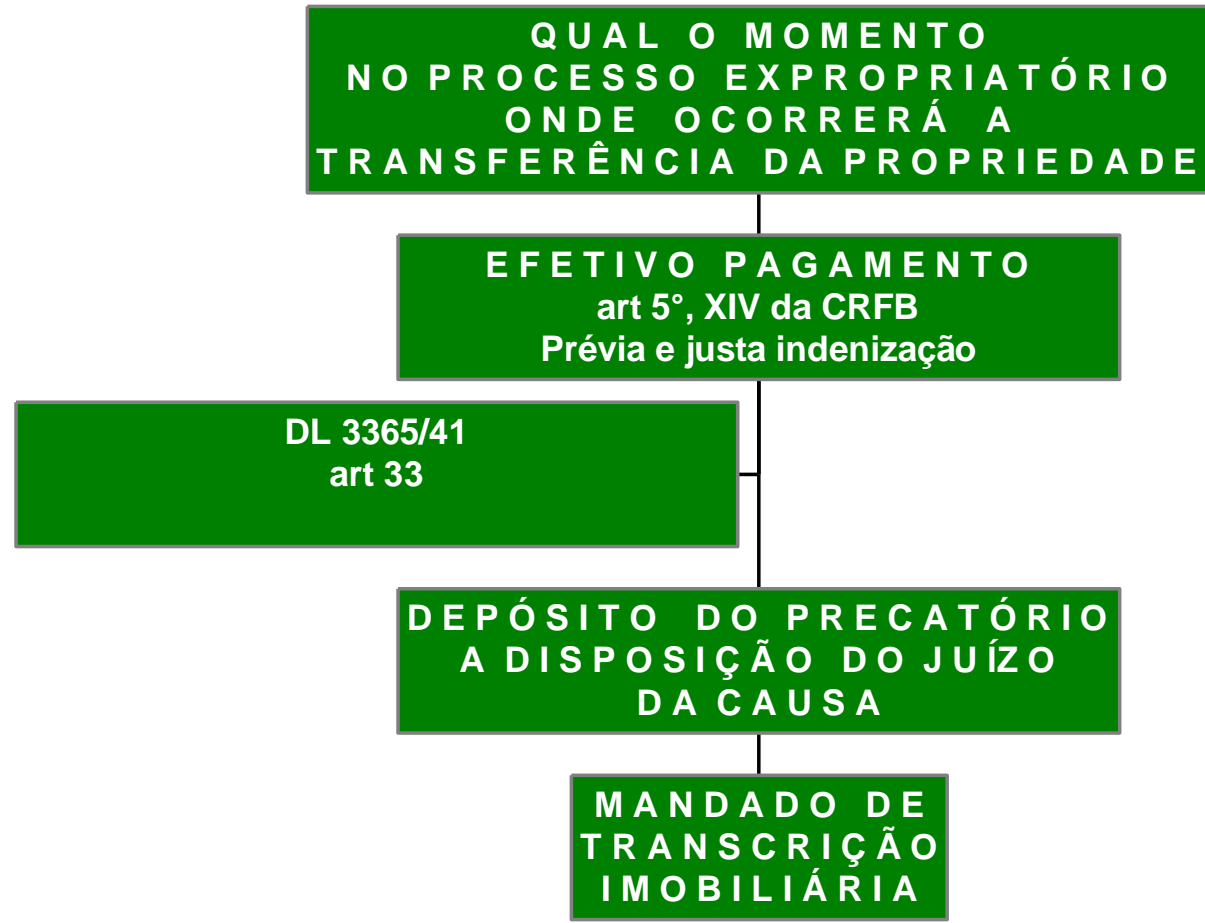
**IPTU PROGRESSIVO
NO TEMPO
arts 7º da Lei nº 10257/2001**

**MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA
PELO PRAZO DE
5 ANOS CONSECUTIVOS**

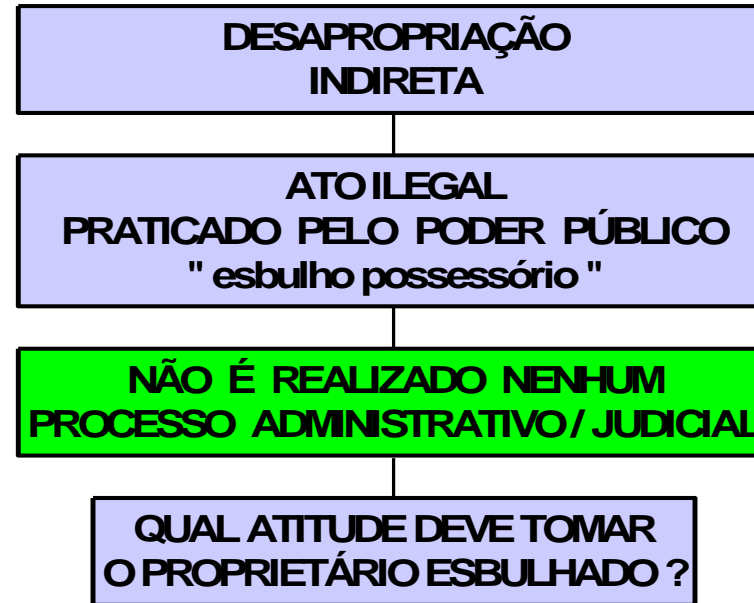
**ALÍQUOTA MÁXIMA
DE 15%**

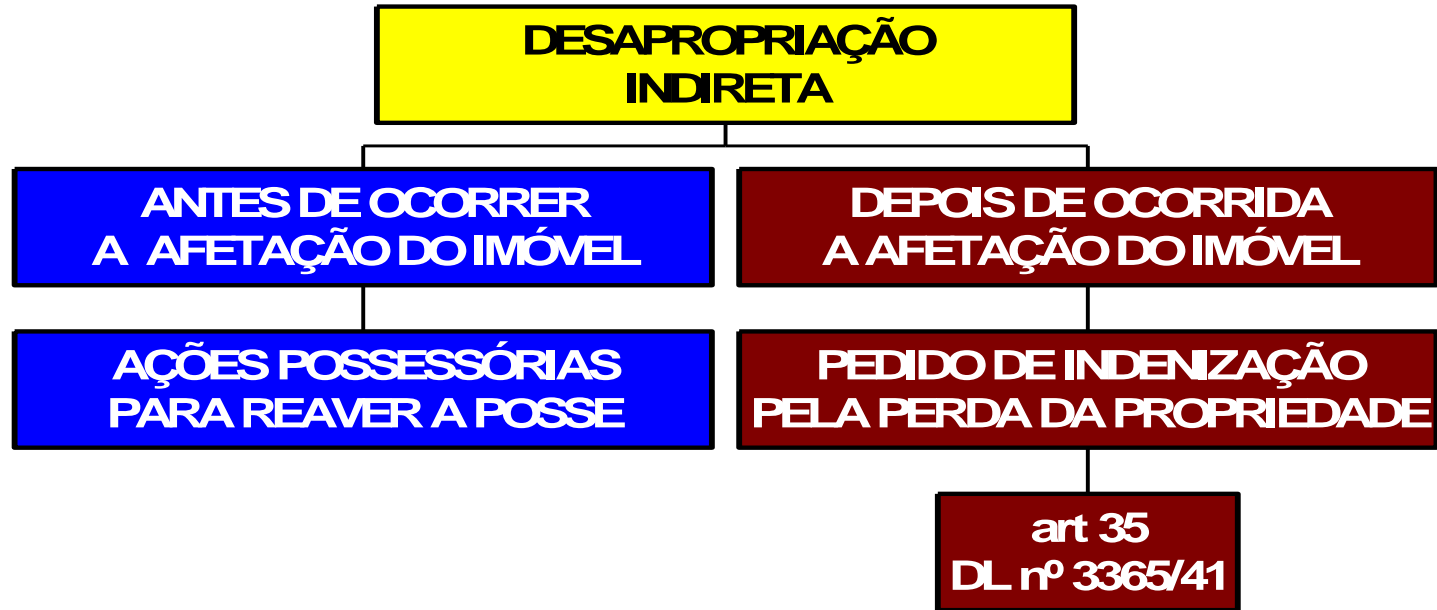














**DESAPROPRIAÇÃO
INDIRETA**

PRAZO DE PRESCRIÇÃO

**SUMULA 119 do STJ
PREJUDICADA pelo novo CC**

**atualmente
10 ANOS
parágrafo único art 1238 do CC**

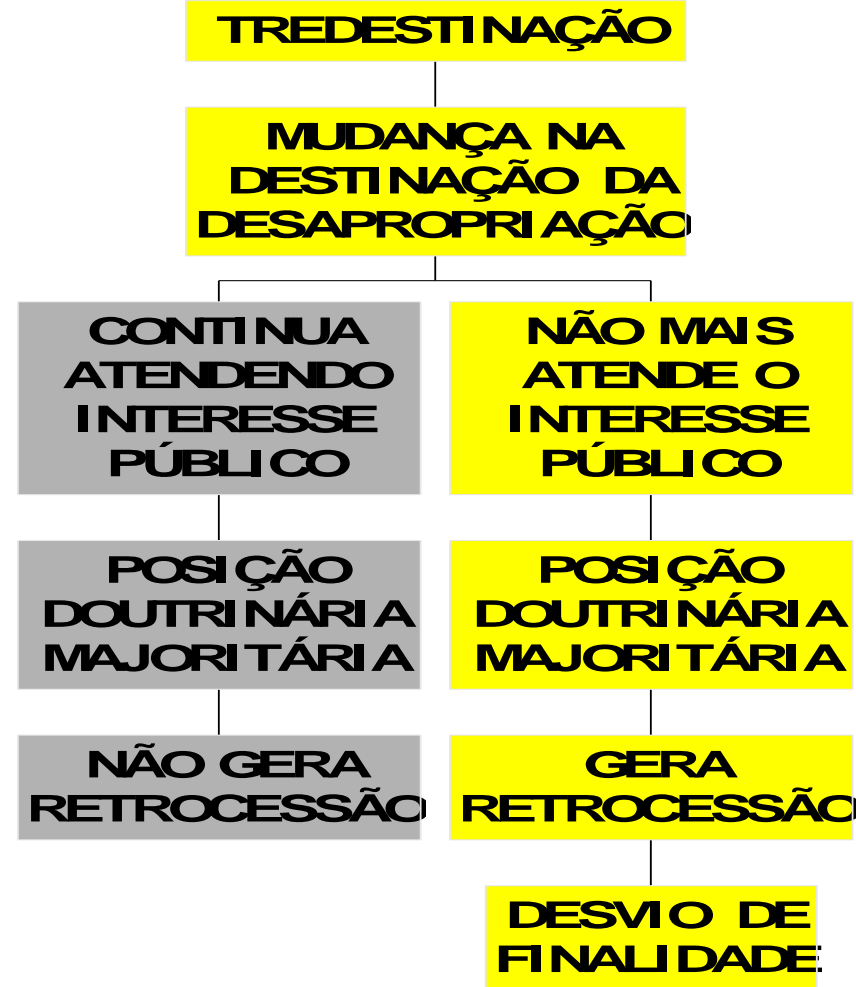
**STJ REsp nº 1.300.442
Min Rel. Herman Benjamin
2012**



informativo nº 523 do STJ, de 14 de agosto de 2013

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO DE NATUREZA REAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 119/STJ. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. CÓDIGO CIVIL DE 2002. ART. 1.238, PARÁGRAFO ÚNICO. PRESCRIÇÃO DECENAL. REDUÇÃO DO PRAZO. ART. 2.028 DO CC/02. REGRA DE TRANSIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 27, §§ 1º E 3º, DO DL 3.365/1941.

REsp 1300442/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013



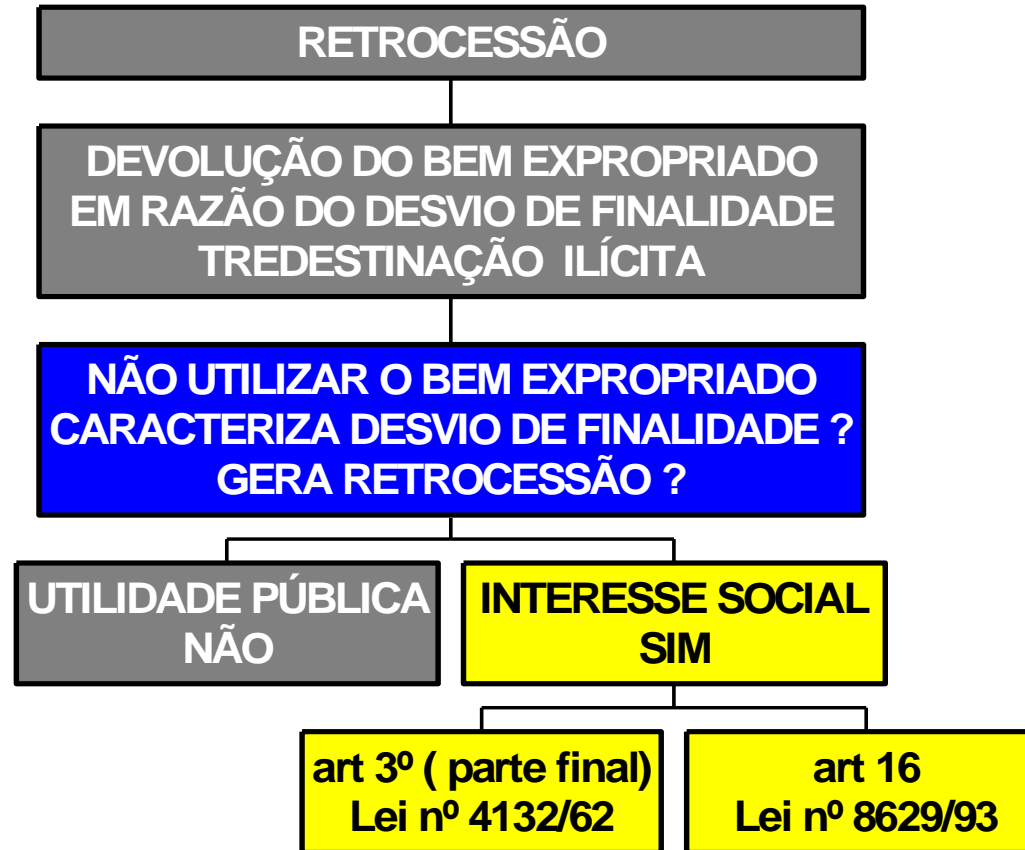


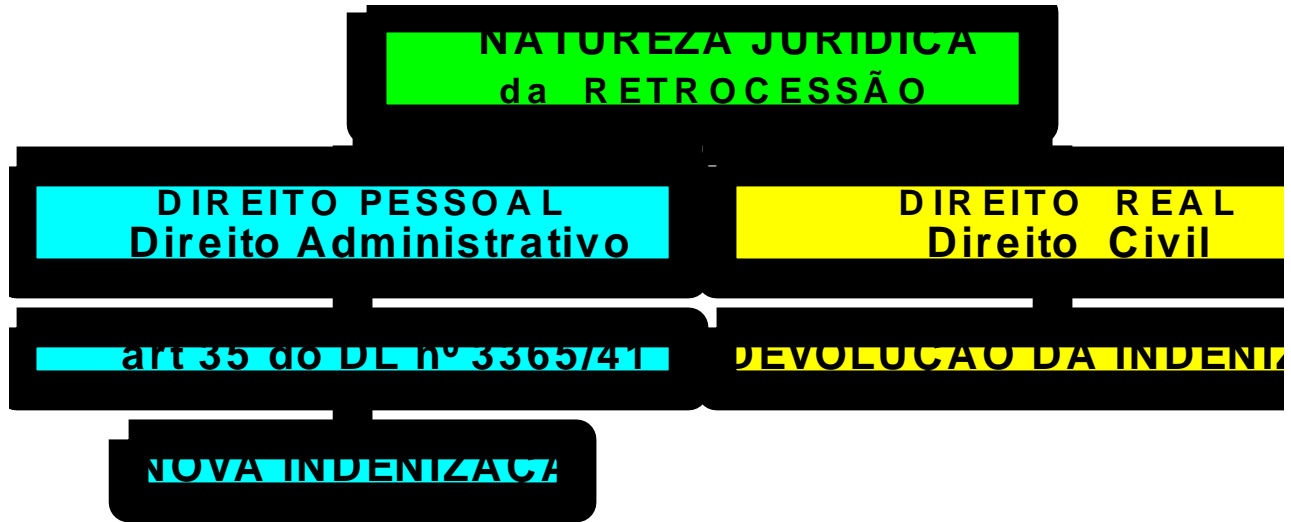
RETROCESSÃO

**art 519
CC**

DIREITO DE PREFERÊNCIA

**CASO A ADMINISTRAÇÃO
NÃO QUEIRA MAIS
O BEM EXPROPRIADO**







 **d /concursos**